

PREFÁCIO

“Conta para a Lu o que aconteceu na minha escola hoje!” disse uma adolescente estudante do ensino Fundamental II, filha de uma amiga. Ela se referia à cena que assistiu no portão de sua escola em que policiais pegaram um garoto pelo pescoço e o encostaram junto à parede acreditando ser quem estavam procurando (outros garotos que haviam “aprontado” como ela mesma descreveu, dentro da escola).

Segundo Julia, nossa relatora, o garoto, seu amigo, era inocente e só estava passando por ali para buscar seu irmão menor. Relata que a vítima incansavelmente afirmava aos policiais não estar envolvido no “crime” e não pertencia ao “bando” procurado, mas suas palavras eram em vão. Conclusão da cena? Restaram as meninas, dentre elas, nossa pequena, chorando sem saber o que fazer para ajudar o amigo e esse com um hematoma enorme no pescoço por ter sido segurado com tamanha força....

Cenas tristemente comuns de um cotidiano atual. A essa altura, nosso leitor já deve se questionar: por que iniciar o prefácio de uma obra sobre formação ética e adolescência, tarefa das instituições que educam, com tal história que diz respeito a um fato que aconteceu *fora* da escola? Vejamos que há, no mínimo, alguns motivos interessantes...

É sobre cidadania o livro de Denise. Sobre cidadania e solidariedade. O que nos remeterá a autora nessa obra é exatamente para a paradoxical relação entre solidariedade – uma virtude, do ponto de vista psicológico, construída junto às representações de si de cada sujeito e a cidadania, uma expressão política da capacidade humana de conviver. Exatamente por esse motivo, o primeiro ponto a destacar se refere às justificativas da ação da polícia na escola. Ela estava ali porque fora chamada *pela escola*. Indubitavelmente, a polícia cumpre seu papel já que cartilhas e mais cartilhas cuja intenção é auxiliar as escolas a resolverem seus problemas com violência prescrevem exatamente essa ação: chame-se a polícia, contate-se o conselho tutelar... Interessantemente, essas mesmas cartilhas não tratam de ações cotidianas que os educadores e pais poderiam ter na escola para prevenir as formas de violência em seu interior, para formar moralmente seus alunos já que as mesmas formas de violência são desrespeito ao outro, e este, é um conteúdo a ser tratado enquanto “ética” (ou neste caso, a falta dela). Infelizmente, parece-nos cada vez mais que as formas de desrespeito do

interior da escola têm sido resolvidas fora dela, como no caso descrito “terceirizando-se” a solução do problema¹. Dessa forma se formarão pessoas solidárias? Ora, como serão virtuosos nossos adolescentes se não há por parte deles participação política? Como serão virtuosos se não podem “exercitar-se” para a solidariedade ou para o respeito vivenciando os conflitos e tendo oportunidade de resolvê-los no interior da escola? Sim, porque nos lembrará Denise, remetendo-se à Comte-Sponville, que uma virtude, se pode ser construída, será pelo exercício. Assim será com a solidariedade, tão presente em situações calamitosas entre diferentes povos, mas tão ausente quando seu nome é disposição para o bem: só estará presente entre nossos jovens quando de fato, ela for uma expressão de seu projeto de vida.

A história de nossa adolescente tem também outro aspecto interessante a destacar: o lado de quem educa e que legitima as formas de violência por infelizmente, pouco entender sobre o desenvolvimento humano e neste caso, do que significa adolecer. Um exemplo disso é o que vimos recentemente em uma das escolas que visitamos. Íamos falar com a direção da escola cuja sala ficava bem acima do térreo por onde entramos na escola. Subimos rampas e rampas e no caminho, todos nós comentamos: “meu Deus, que perigo manter essas rampas com as laterais abertas numa escola”. Qual a nossa surpresa quando chegamos ao corredor de salas de aula - lá havia um cartaz na parede que dizia: “Quem for pego correndo nos corredores será suspenso das aulas”. A questão então nos parece a seguinte: o problema é dos alunos que não podem correr e não da escola que deveria providenciar a segurança adequada aos alunos que por uma questão da própria natureza humana não regulam suas formas de convivência e podem empurrar, correr, sem que tenham tomado consciência do problema que causarão...

Este é sem dúvida uma importante constatação a acrescentar: é por ignorância que infelizmente, muitas vezes agimos na escola, enquanto profissionais de educação. É por pouco entender de desenvolvimento, é por pouco se apropriar do que as novas pesquisas em educação tem apresentado sobre como se ensinar em tempos pós modernos, é por

¹ Não queremos dizer que a polícia e o conselho tutelar no são instâncias que podem auxiliar na solução dos problemas de comportamento de nossas crianças e adolescente. Apenas criticamos o fato de que são dados a outros órgãos que não a escola, as ações que podem solucionar o problema sem que a própria instituição escolar tenha ações em prol da construção de valores morais em seu cotidiano.

não vencer a crença de que a moral não se ensina por métodos mecânicos, por castigos, por verbalização, que pecamos tanto!

Portanto, não podemos falar em culpa dos professores e sim em responsabilidade de quem educa e quem se especializa no estudo do que e como são os “seres humanos”! Por isso, a importância do trabalho de Denise. A autora nos traz um panorama de características do comportamento de meninos e meninas cujo momento de vida se abre para o “vir a ser”. Um momento em que as escolhas morais se dão quando são apropriadas por quem convive com os outros e precisa se colocar no seu lugar para entendê-los, por quem precisa discutir os problemas morais que têm, por quem precisa falar sobre o que sente e o que espera da vida... Entendendo o comportamento adolescente é possível pensar em ações mais coerentes, é possível saber que esses jovens humanos ainda não têm clareza de como devem ser, de quem são e precisarão exatamente de nossa ajuda nessa conquista.

O terceiro ponto a discutir é o fato de que nossa pequena amiga, aquela que nos relatou o fato acontecido em sua escola se refere a nós como alguém a quem recorrer. Sua mãe nos diz que insistiu com ela que não poderíamos fazer nada, mas ela fez questão de que soubéssemos. O fato é que essa pequena já sabe de nossa indignação pelas formas de violência que sofrem meninos e meninas todos os dias em suas escolas. Com frequência somos chamados para falar sobre os problemas das escolas, e esses, leia-se, problemas com os alunos que “desrespeitam, não obedecem, não têm valores, destroem o patrimônio, etc...” Há sempre uma perspectiva unilateral sobre tais problemas. Pesquisas e mais pesquisas traduzem um cenário de indisciplina insustentável e conseqüentemente o endurecimento das formas de conter a violência dos alunos que atinge a professores e direção da escola. Sim, esta é a maior reclamação dos educadores... Mas poucos falam da violência da escola contra esses alunos e da falta de sentido que esses têm para estudar ou para ser qualquer coisa no futuro.

Poucos conseguem compreender que as formas com que constantemente tratam crianças e adolescentes são também atos de violência. Há uma crença de que crianças e adolescentes sentem diferentemente dos adultos e, portanto, podem ser destratados na frente dos outros, podem ser ameaçados, chamados de burros, podem ser humilhados com gritos e trancafiados em salas de aula trancadas com chave. Sim, tudo isso acontece nas escolas...

Não faz muito tempo soubemos de certa escola que trancafiava seus alunos para conter a saída da sala. Somente o diretor que tem uma espécie de barra de ferro e que, batendo na porta da sala causa um som diferenciado, deve ser atendido e ter a porta aberta quando estão em aulas... Isso, na região sudeste do Brasil... Não muito diferente, meninos e meninas da região nordeste também nos contam o que seus professores fazem quando os alunos estão conversando muito: desligam os ventiladores e fecham a porta... um castigo, com certeza para um local em que o calor é infernal aos 30 graus do nordeste brasileiro. Histórias como nos conta uma professora amiga, também indignada, que assistiu com seus próprios olhos a cena em que o professor chamava uma aluna de “hematoma gigante” já que era gordinha e trajava uma roupa de cor roxa.... Cenas de um cotidiano não muito distante em que numa outra escola, o diretor se refere às grades que tem em sua sala: “eu atendo os alunos daqui e eles lá fora”. Histórias que vimos e vivemos de escolas em que esses mesmos diretores dizem não poder atender aos pais de uma adolescente cuja professora suspeita de estar sendo abusada pois está “preparando a festa junina da escola”.

O que têm em comum todas essas cenas que nos contam crianças e adolescentes ou que vemos constantemente em nossas visitas às escolas? São histórias de quem pouco entende do que significa de fato “respeitar-se mutuamente”. São histórias que Denise conhece bem... Atuando como professora universitária, em cursos de graduação e pós-graduação, orientando pesquisas, escrevendo livros sobre o trabalho da escola e a necessidade de que meninos e meninas possam se interessar pelo tema da moral, a amiga, a professora, a pesquisadora Denise interessou-se por encontrar motivações para o trabalho com um público abandonado pela escola: os adolescentes. Fundamentando suas investigações nos mais novos estudos da Psicologia Moral que traduzem uma estreita ligação entre a moral e as representações de si, mas sem abandonar os autores clássicos que primeiro se dispuseram a tratar sobre o tema, Denise nos conduz a repensar esse cotidiano que Julia se queixa: é ajudando meninos e meninas a construir seus projetos de vida e não terceirizando suas ações que as instituições que educam podem cumprir sua tarefa de educar moralmente.

Temos, portanto convicção de que os objetivos dessa obra que temos agora o prazer de prefaciar juntam-se aos desejos de centenas de educadores que também se angustiam com os problemas de violência e outras tantas formas de desrespeito com as quais nossos jovens estão acostumados: é urgente a solidariedade entre nós, e portanto,

tornar o homem mais humano. Isso, pois, as crianças e adolescentes, parafraseando Hannah Arendt, são na verdade, candidatas à humanidade! (Luciene Regina Paulino Tognetta)

APRESENTAÇÃO

A escolha da temática deste trabalho advém dos estudos sobre a moralidade, iniciados no curso de Mestrado, dos quais, a partir do conceito de Respeito Mútuo, tomamos como continuidade das pesquisas, o tema da Solidariedade. No contexto daquele trabalho, explicamos que toda moral consiste em um sistema de regras e deve ser baseada no respeito que o sujeito adquire para com estas regras. Nesta perspectiva, somente nos tornamos humanos se formos capazes de respeitar as pessoas e estabelecermos com elas acordos que visem o respeito à vida, como ideal a perseguir.

A investigação sobre o respeito em sala de aula nos apontou ainda, a importância das relações cooperativas na escola para o estabelecimento da autonomia moral da criança e do adolescente. Avaliar as relações entre as pessoas abriu caminho para tentar compreender os valores sociais que geram ações cooperativas de intervenções solidárias que trazem em sua essência, a justiça e a formação do sujeito político.

Com isso, chegamos a idéia da personalidade moral em suas manifestações de empatia, solidariedade e pró-sociabilidade. Voltamos para o adolescente por ser uma fase do desenvolvimento humano que se caracteriza por um período interessante, pois é neste ponto da vida que o jovem sente a necessidade de uma inserção social mais ampla, assim como a demanda para a sua participação aumenta. Ele é compelido internamente e externamente a ampliar seu contexto social, a inserir-se no mundo do trabalho e a buscar relações afetivas mais íntimas.

Um tema recorrente nas diretrizes curriculares educacionais é a cidadania que, em nossa opinião, se constrói sobre a base da consciência moral autônoma, tornando possível o respeito à lei, gerando sentimentos de justiça, honradez e solidariedade. Infelizmente, esse trabalho não é satisfatório nas escolas de Ensino Médio e, ao contrário, o que vemos é uma predominância do individualismo e do desrespeito às normas, situação esta que é vivenciada pelos jovens cotidianamente.

Este estudo nos força a repensar a democracia e compreender se o jovem a concebe como o resguardo das garantias jurídicas de proteção do cidadão contra as arbitrariedades do poder, estimulando-o a assumir papéis participativos e críticos. Na formação do sujeito político, os jovens deixam de ser pessoas receptivas às soluções convencionais para assumirem-se como indivíduos comprometidos com a sociedade na busca de novas alternativas. Esse compromisso nasce no bojo das interações sociais, na participação e no exercício da solidariedade que implicam em responsabilidades na luta contra a injustiça social. Pretendemos avaliar como os jovens estão absorvendo todas estas questões na carência de modelos significativos que ocorre em suas vidas e na pouca oportunidade de experiências bem sucedidas no campo da ética.

Destacamos a solidariedade como central nesta discussão por ser ela uma virtude que continua atual. A atenção dispensada a esta temática não deriva de algum modismo teórico, mas da preocupação com problemas sociais, da desestabilização dos valores tradicionais que serviam de orientação para as relações humanas entre si. Mesmo com todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, ainda buscamos uma sociedade fundada no respeito a certos princípios fundamentais da vida pública e da dignidade do ser humano. A arte de conviver com os outros se associa às virtudes morais, a ideais que existem desde a consolidação da *polis* grega, cuja preocupação era a construção de cidadãos comprometidos com a humanização da sociedade, com a formação do indivíduo social, disposta à ação coletiva orientada pela consciência reflexiva.

A ética atual se ampara no individualismo liberal e todos vivemos numa dicotomia entre ação e idealização quando buscam a realização de ideais que não conseguem pôr em prática. A escola é a instituição social que enfrenta, talvez, diariamente, a bipolarização entre a idealização e a realização, ao propor em seu ideário o espírito democrático e crítico, manifesto em uma solidariedade interna contratual – conceito de Piaget – para ser estabelecida por personalidades jovens autônomas que interajam no espírito da cooperação e compreensão e mantenham a disciplina de forma recíproca e justa (respeito mútuo). Mas, no entanto, é constituída socialmente como uma instituição que age, na realidade, na base da coerção, exigindo o conformismo obrigatório, o senso coletivo e da tradição de valores, onde personalidades jovens podem apenas expressar a solidariedade externa – conceito de Piaget – e não sair disso, ou seja, do valor absoluto da regra imposta e a moral estabelecida pela Lei.

Pelas explicações de Piaget (1998), a criança criada em um ambiente cooperativo que favoreça a manifestação da solidariedade externa, provavelmente, construirá o sentido da solidariedade interna, mas este cenário não é muito comum nas escolas, a não ser em algumas tentativas isoladas que não chegam a configurar uma tônica da educação brasileira. Como estão sendo formados nossos jovens?

Na tentativa de responder esta questão e compreender o desenvolvimento da personalidade moral dos adolescentes é que esta pesquisa se desenvolveu. Nos três primeiros capítulos pretendeu-se uma fundamentação teórica que revisasse a literatura referente a algumas teorias da área da Psicologia Moral e da Psicologia do Desenvolvimento, com a seleção de autores que melhor pudessem explicar os objetivos do trabalho. Uma vez que decidimos abordar o terreno da ética como parte de nossa compreensão do mundo juvenil, aprofundamo-nos em nossa própria consciência moral, por isso a ênfase, dada em todo o trabalho, ao crescimento e amadurecimento da moralidade nas personalidades jovens.

No quarto capítulo estão apontados os aspectos metodológicos da pesquisa empírica com as respectivas análises. Certamente as teorias sobre moral não são sistemas rígidos. Assim como a sociedade em crescente transformação, elas devem ser alimentadas por posturas críticas, mas que haja, no final, um reconhecimento da necessidade de incorporar temas morais no cotidiano e das implicações em compartilhar

a responsabilidade na construção de comunidades (educacionais) justas. Esperamos que este estudo seja o começo desse esforço.

A autora.

Fevereiro/2010